ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL, A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PEJUÇARA/RS

Fabiula Tassotti[1]
Jardel Paraiba de Lemos[2]
Renata Mantovani da Costa[3]

Instituição: Escola Municipal de Ensino Fundamental Pejuçara e Escola Municipal de Educação Infantil Maria Schuster – Pejuçara/RS

Modalidade: Relato de Experiência

Eixo Temático: Educação Inclusiva; Trabalho e Educação

1. INTRODUÇÃO

A escola é um espaço fundamental para a formação, socialização e garantia de direitos de crianças e adolescentes. As demandas escolares vão além dos aspectos pedagógicos, envolvendo inclusão, relações familiares e sociais, aprendizagem, convivência e vulnerabilidades. Nesse contexto, a atuação articulada entre diferentes profissionais é essencial para atender de forma qualificada às necessidades dos estudantes e da comunidade escolar (Bezerra, 2026).

A educação inclusiva busca garantir a todos os estudantes o direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento, considerando suas particularidades e necessidades. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que a educação especial deve atuar de forma articulada ao ensino regular, tendo como objetivo assegurar a participação e a aprendizagem dos estudantes,

[1] Educadora Especial da Rede Municipal de Educação de Pejuçara/RS. E-mail: tassottifabiula@gmail.com
[2] Assistente Social da Rede Municipal de Educação de Pejuçara/RS. E-mail: jardel.lemos@edu.pejucara.rs.gov.br
[3] Psicóloga da Rede Municipal de Educação de Pejuçara/RS. E-mail: psi.renatadacosta@gmail.com

considerando as barreiras existentes no processo de escolarização (Brasil, 2008). Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui importante recurso para a promoção da inclusão, oferecendo recursos e estratégias que favoreçam o desenvolvimento e a participação dos estudantes.

A inclusão escolar não se limita à Educação Especial ou ao AEE, mas envolve toda a comunidade escolar. Conforme Silva Neto et al. (2018), uma escola inclusiva deve valorizar as diferenças e adaptar práticas para garantir a participação e aprendizagem de todos, considerando também aspectos emocionais, sociais, familiares e relacionais dos estudantes.

Nesse cenário, destacam-se as contribuições da educadora especial, do assistente social e do psicólogo, profissionais que, a partir de suas respectivas áreas de formação, podem desenvolver ações complementares no ambiente escolar. A educadora especial atua na perspectiva da educação inclusiva, contribuindo para a identificação de barreiras à aprendizagem e à participação e para a construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento dos estudantes (Bezerra, 2026).

O assistente social contribui para a compreensão das condições sociais e familiares que atravessam a realidade escolar, realizando acolhimentos, escutas, orientações, visitas domiciliares, encaminhamentos e articulações com a rede de proteção e demais políticas públicas (Conselho Federal De Serviço Social, 2026). A psicóloga, atua na compreensão dos aspectos emocionais, relacionais e institucionais, contribuindo para a garantia do direito à educação e para relações mais inclusivas (CFP, 2019).

A Lei nº 13.935/2019 regulamenta a atuação de psicólogos e assistentes sociais na educação básica, prevendo sua atuação por meio de equipes multiprofissionais. Esses profissionais contribuem para o processo de ensino-aprendizagem e para as relações escolares. Já a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) assegura o direito à educação em igualdade de condições. Também prevê a eliminação de barreiras que dificultem a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade apresenta-se como uma importante estratégia de trabalho, possibilitando a articulação entre diferentes saberes e práticas. A atuação conjunta entre Educação Especial, Serviço Social e Psicologia permite ampliar a compreensão das situações vivenciadas pelos estudantes e construir estratégias que considerem suas necessidades, potencialidades e contexto de vida.

Diante disso, o presente relato de experiência tem como objetivo apresentar e refletir sobre as práticas desenvolvidas de forma interdisciplinar entre a Educação Especial, o Serviço Social e a Psicologia nas escolas municipais de Pejuçara/RS, evidenciando as estratégias utilizadas diante das demandas identificadas no cotidiano escolar e as contribuições dessa parceria para o fortalecimento da educação inclusiva.

A escolha da temática justifica-se pela necessidade de discutir e dar visibilidade às experiências profissionais que contribuem para a construção de uma escola mais inclusiva, acolhedora e comprometida com a proteção integral dos estudantes. As diferentes demandas que chegam ao espaço escolar exigem intervenções que considerem não apenas o desempenho acadêmico, mas também as condições sociais, familiares, emocionais, relacionais e educacionais que permeiam a trajetória de cada estudante.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-reflexivo, desenvolvido a partir das vivências profissionais realizadas nas escolas municipais de Pejuçara/RS, envolvendo a atuação da educadora especial, do assistente social e da psicóloga no acompanhamento dos estudantes, das famílias e da comunidade escolar.

A experiência foi construída a partir da observação do cotidiano escolar, do acompanhamento dos estudantes, da participação em atividades institucionais, de reuniões, discussões de casos, acolhimentos, orientações às famílias e articulações entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo.

As ações foram realizadas de maneira complementar, respeitando as atribuições de cada área profissional. A atuação conjunta ocorre especialmente diante de situações que demandam uma compreensão ampliada, possibilitando a troca de informações e o planejamento de estratégias de intervenção.

Entre as ações desenvolvidas pela Psicologia estão ainda o acolhimento de adolescentes em situações de crise, a escuta e orientação de pais e responsáveis, a mediação de conversas entre estudantes e o acompanhamento do bem-estar dos alunos, além de trabalhos e conversas com turmas sobre temas diversos, com a participação do assistente social também. O Serviço Social realiza acolhimentos, escutas e orientações aos estudantes e às famílias, quando necessário, são realizadas visitas domiciliares, com o

objetivo de conhecer de maneira mais ampliada a realidade das famílias, identificar necessidades e possibilidades de intervenção.

A Educação Especial realiza o acolhimento e o diálogo com os familiares dos estudantes e desenvolve acompanhamentos semanais, com atividades planejadas de acordo com as necessidades e potencialidades de cada criança. São utilizadas estratégias lúdicas e recursos pedagógicos para desenvolver a atenção e concentração, memória, linguagem oral, raciocínio lógico, coordenação motora, organização espacial e temporal, autonomia, habilidades sociais e participação nas atividades escolares. O trabalho também envolve planejamento conjunto, reuniões com professores, orientações às famílias e discussões entre os profissionais, favorecendo estratégias mais contextualizadas.

As experiências são registradas por meio de observações sistemáticas e registros profissionais, permitindo acompanhar as situações vivenciadas e refletir sobre as estratégias utilizadas. Para preservar a identidade dos estudantes e de suas famílias, não são apresentados nomes ou informações que permitam sua identificação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência desenvolvida nas escolas municipais de Pejuçara/RS evidencia a importância da atuação interdisciplinar entre Educação Especial, Serviço Social e Psicologia para o fortalecimento da educação inclusiva e para o atendimento às diferentes demandas presentes no cotidiano escolar. As ações desenvolvidas possibilitam considerar, além dos aspectos pedagógicos, as dimensões emocionais, sociais e familiares que atravessam a trajetória dos estudantes.

Os resultados observados até o momento demonstram que o trabalho desses profissionais contribui para o acolhimento e acompanhamento dos estudantes, o fortalecimento da relação entre escola e família, a mediação de conflitos, o desenvolvimento socioemocional, a identificação de necessidades e a construção de estratégias de intervenção mais adequadas. A atuação conjunta também possibilita ampliar a compreensão das situações vivenciadas pelos alunos e fortalecer as práticas desenvolvidas pela equipe escolar.

Ressalta-se, contudo, que a experiência relatada encontra-se em andamento, não sendo possível apresentar conclusões definitivas acerca de seus resultados. As práticas desenvolvidas permanecem sendo acompanhadas e aprimoradas de acordo com as

demandas identificadas no cotidiano escolar, permitindo a construção contínua de estratégias e novas possibilidades de atuação interdisciplinar.

Nesse sentido, a experiência até aqui desenvolvida reforça que a articulação entre Educação Especial, Serviço Social e Psicologia favorece uma atuação mais integrada e contribui para que os estudantes sejam compreendidos em sua singularidade, potencialidades e contexto de vida. A continuidade desse trabalho mostra-se fundamental para o fortalecimento de uma escola mais inclusiva, acolhedora e comprometida com a aprendizagem, o bem-estar e a garantia de direitos dos estudantes.

5. REFERÊNCIAS

BEZERRA, Laiany Souza. Proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente escolar: contribuições da Psicologia Escolar para a garantia de direitos e o enfrentamento das vulnerabilidades. In: **Educação em Perspectiva: Estudos, Pesquisas e Práticas**. [S. l.]: Aurum Editora, 2026. p. 1041-1055. DOI: 10.63330/aurumpub.062-074.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica.** 2. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o trabalho de assistentes sociais na educação básica pública a partir da Lei 13.935/2019**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, caderno 7. Brasília, DF: CFESS, 2026.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira; ÁVILA, Éverton Gonçalves; SALE, Tamara Regina Reis; AMORIM, Simone Silveira; NUNES, Andréa Karla; SANTOS, Vera Maria. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018.